

Edição nº 73 – 18 a 22 de junho

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL INSTALA AS COMISSÕES MISTAS PARA ANALISAR AS MPs REFERENTES AO ACORDO PARA ENCERRAR A GREVE DOS CAMINHONEIROS

Na última semana, o Congresso Nacional instalou as três comissões mistas que serão responsáveis por analisar as medidas provisórias editadas pelo presidente Michel Temer para encerrar a greve dos caminhoneiros. As MPs nºs 836, 837 e 838 tratam, respectivamente, da redução das contribuições sociais (PIS/COFINS) sobre o diesel e da aplicação de alíquota zero da CIDE, da criação da indenização temporária aos policiais rodoviários que trabalharam durante o repouso remunerado por ocasião da greve, e do subsídio de parte dos custos do produtor ou importador de óleo diesel.

As três MPs são de 30 de maio deste ano e terão validade até 10/10/2018 (120 dias da publicação no Diário Oficial da União), devendo ser analisadas pela comissão mista respectiva e, posteriormente, ser votadas nos Plenários da Câmara e do Senado. Se não forem aprovadas dentro desse prazo, as medidas perdem a validade e os efeitos produzidos durante a sua vigência poderão ser regulamentados via projeto de decreto legislativo (PDC).

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO SENADO APROVOU PLS QUE PERMITE QUE O ÓRGÃO AMBIENTAL EXIJA A COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SEGURO AMBIENTAL COMO CONDIÇÃO PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal aprovou, na última terça-feira

(12/06), nos termos do substitutivo apresentado pelo sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PLS nº 767/2015, de autoria do sen. Valdir Raupp (MDB/RO), que altera a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para estabelecer que o órgão ambiental licenciador poderá exigir, nos casos em que for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a comprovação da contratação do seguro ambiental, como condição para a concessão da licença ambiental.

O citado PLS está tramitando em regime de apreciação terminativa pela comissão; assim, caso não seja apresentado recurso para apreciação do Plenário do Senado Federal, o PLS será encaminhado à Câmara dos Deputados para análise.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA CÂMARA APROVA PL QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE EMPRESA OU DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Na última quarta-feira (13/06), a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do dep. Mandetta (DEM-MS), favorável ao PL nº 1.721/2015, de autoria da dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que altera a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para vedar a participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Agora, a proposição seguirá à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) para análise.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

18/06/2018, às 14H

PLS nº 188/2014, que acrescenta dispositivo no Código Tributário Nacional para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.

Relatora: sen. Lúcia Vânia (PSB-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

19/06/2018, às 10H

PLC nº 30/2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação do PLC nº 195/2015 e pela rejeição do PLC nº 30/2015, PLS nº 87/2010, PLS nº 447/2011, PLS nº 339/2016 e PLS nº 87/2010.

PLS nº 422/2017, que altera a Lei Orgânica da Seguridade Social para estabelecer nova definição de empresa, bem como dispor sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social.

Relator: sen. José Pimentel (PT-CE)

Relatório: pela rejeição.

PLS nº 227/2011, que altera a Lei do Petróleo para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social seja destinada para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 283/2016, que altera a Lei do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica, instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de propor outros incentivos ao acordo de leniência, determinar a

sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo e tornar a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência.

Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

19/06/2018, às 10H

Audiência pública para debater os Projetos de Decreto Legislativo nºs 57 e 59/2018, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, alterando a cobrança do IPI sobre o concentrado usado por empresas de refrigerantes instaladas na Zona Franca de Manaus.

20/06/2018, às 10H

PLS nº 764/2015, que dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 398/2018, que obriga a gravação e a manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, do áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Relatora: sen. Ana Amélia (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

FIQUE DE OLHO

PDCs nºs 57/2018 e 59/2018, que sustam o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que alterou a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente no concentrado usado por empresas de refrigerantes instaladas na Zona Franca de Manaus.

Relator: sen. Roberto Rocha (PSDB-MA)

Relatório: pela aprovação.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (GDH)
19/06/2018, às 14H

Audiência pública para debater sobre "propriedade industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda com foco no PL nº 3.406/2015", que altera a Lei de Propriedade Industrial para definir prazo máximo para exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)
20/06/2018, às 9H

PLS nº 68/2016, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do II aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Relator: sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)
19/06/2018, às 9H

PLS nº 235/2014, que altera a Lei do Sistema Nacional de Viação para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e a operação dos serviços de transportes serão regidos por critérios econômicos, nos termos de regulamento a ser expedido.

Relator: sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 277/2015, que altera a Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos para permitir que as

permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica.

Relator: sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PLS nº 253/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.

Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
12/06/2018, às 11H30

PLS nº 767/2015, que altera a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente para estabelecer que o órgão ambiental licenciador poderá exigir, nos casos em que for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a comprovação da contratação do seguro ambiental, como condição para a concessão da licença ambiental.

Relator: sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)
20/06/2018, às 11H

PLS nº 90/2012, que altera o Código de Defesa do Consumidor para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

Relator: sen. Dário Berger (MDB-SC)
Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
19/06/2018, às 9H30

Comissão Geral para discutir o tratamento dado a notícias reconhecidamente falsas ou fake news.

19/06/2018, às 11H

PLP nº 441/2017, do Senado Federal, que trata sobre os cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores

Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de lobby.

Relatora: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 2.724/2015, que eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.

Relator: não indicado.
Relatório: não apresentado.

PL nº 8.939/2017, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, para permitir à Petrobras a transferência parcial, a terceiros, de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.

Relator: não indicado.
Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

20/06/2018, às 15H

Reunião técnica com o presidente do CADE, Sr. Alexandre Barreto de Souza, para tratar sobre a fusão das multinacionais Bayer e Monsanto.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

19/06/2018, às 10H

Audiência pública para debater a necessidade de regulação da tecnologia blockchain.

20/06/2018, às 10H

PL nº 8.814/2017, do Senado Federal, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para estabelecer o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso.

Relator: dep. Fábio Faria (PSD-RN)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.676/2015, que tipifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos, prevendo qualificadoras para as diversas formas de sua divulgação, e dispõe sobre a garantia de desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público.

Relator: dep. Arolde de Oliveira (PSD-RJ)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

19/06/2018, às 14H30

PLC nº 118/2015, que dispõe sobre a transparência do registro das promessas de campanha eleitoral e dá outras providências.

Relator: dep. Sérgio Zveiter (DEM-RJ)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.361/2014, que disciplina a utilização de imóvel rural localizado na zona de fronteira como garantia em financiamentos bancários para custeio e/ou investimento agrícola e pecuário.

Relator: dep. Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.529/2015, que dispõe sobre a renovação das frotas das empresas prestadoras de serviço de locação de veículos.

Relator: dep. Efraim Filho (DEM-PB)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 2.088/2015, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para dispor sobre alterações societárias de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão.

Relator: dep. Hiran Gonçalves (PP-RR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.357/2015, que dispõe sobre o crime de invadir dispositivo informático, sem a devida autorização, modificando conteúdo de sítio da internet.

Relator: dep. Thiago Peixoto (PSD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emenda.

PL nº 3.748/2015, do Senado Federal, que atribui às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais de seus associados.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.751/2016, do Senado Federal, que inclui a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.

Relator: dep. Júlio Delgado (PSB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 382/2017, que autoriza a criação de sistema de registro e administração de garantias de comércio exterior brasileiro e dispõe também sobre a emissão da Letra de Comércio Exterior.

Relator: dep. Evandro Roman (PSD-PR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 6.832/2017, que dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais Criminais Digitais.

Relator: dep. Daniel Vilela (MDB-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.609/2017, do Senado Federal, que altera a Lei das Sociedades Anônimas para ampliar para R\$ 10 milhões o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 10.020/2018, do Senado Federal, que estabelece que na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, serão computados somente os dias úteis.

Relator: dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG)

Relatório: pela aprovação dos PLs nºs 4.982/2016 e 6.822/2017, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 10.020/2018.

20/06/2018, APÓS A REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Recurso nº 290/2018, contra a decisão da Presidência da Casa na Questão de Ordem nº 395, formulada em Plenário na sessão do dia 19/02/2018, quando ficou estabelecido que, na Câmara dos Deputados, durante a vigência da intervenção federal, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) não podem ser submetidas a discussão e votação em Plenário, podendo, porém, tramitar até a conclusão da análise da matéria pela Comissão Especial competente.

Relator: dep. Leonardo Picciani (MDB-RJ)

Relatório: por dar provimento ao REC nº 291/2018, apensado, para reformar a decisão da Presidência na Questão de Ordem nº 395/2018 e impedir a tramitação, em todas as fases do processo legislativo, de PECs, e por negar provimento ao REC nº 290/2018.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
20/06/2018, ÀS 9H30**

PL nº 7.875/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar a obsolescência programada.

Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
20/06/2018, ÀS 10H**

PLP nº 475/2018, do Senado Federal, que simplifica o processo de obtenção de certidão negativa de débito tributário.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.467/2010, do Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Relator: dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.573/2015, que torna obrigatória para as pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a apresentação dos mesmos documentos solicitados às domiciliadas no Brasil para inscrição, suspensão ou baixa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

20/06/2018, ÀS 14H

PL nº 3.154/2015, que determina que os estacionamentos de estabelecimentos comerciais tenham vigilantes, sob pena de multa ou de interdição.

Relator: dep. Lincoln Diniz Portela (PR-MG)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.226/2017, que altera o Código Penal para tipificar o crime de extorsão praticado contra empresas e comerciantes, com o objetivo de obter vantagem econômica indevida.

Relator: dep. Ronaldo Martins (PRB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

20/06/2018, ÀS 10H

PL nº 5.100/2013, que altera a Lei nº 7.238/1984, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, para estabelecer que a atualização dos contratos de serviço passa a ser obrigatória na data-base da categoria.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.474/2016, que altera o Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como lei ordinária, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, para alterar a composição dos julgamentos fiscais de primeira instância e promover o equilíbrio na relação tributária entre a administração e o contribuinte.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO ESPECIAL DO PL Nº 1.292/1995, QUE INSTITUI A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

19/06/2018, ÀS 14H30

Reunião para discussão e votação do parecer ao PL nº 1.292/1995.

Relator: dep. João Arruda (MDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emendas.

COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO COMERCIAL

19/06/2018, ÀS 15H

Reunião deliberativa para votação do parecer ao PL nº 1.572/2011.

Relator: dep. Paes Landim (PTB-PI)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emendas.